

- XCII -

**ENGATINHANDO ATÉ A AGENDA POLÍTICA:
REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE
VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
INFANTIL EM BELO HORIZONTE (2003 A 2018)**

Franceline Rodrigues Silva

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
franceline.rodrigues30@gmail.com

Maria da Consolação Rocha

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
mariadaconsolacaorochoa@gmail.com

Daniel Santos Braga

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
danielsbraga@ufmg.br

INTRODUÇÃO

A elaboração de políticas públicas não se dá de forma automática. A mera constatação de um dado problema da realidade não é suficiente para fazer com que se apresentem soluções a ele. Em determinados contextos, os problemas sociais alcançam relevância e passam a compor um grupo de assuntos que demandam proposições de alternativas por parte de atores da sociedade. No campo das Políticas Públicas, esse grupo de assuntos que estão na pauta de discussão é chamado de agenda (CAPELLA, 2017). O objetivo deste resumo é refletir sobre a inserção das políticas de valorização de professores da educação infantil de Belo Horizonte na agenda entre os anos de 2003 e 2018. Se justifica essa pesquisa pelo crescimento do número de professores que se seguiu a expansão da primeira etapa da educação básica nas últimas décadas, fruto das modificações na estrutura organizacional da educação brasileira advindas da Constituição Federal (CF, 1988) e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996).

A CONSTRUÇÃO DE AGENDAS: CONTRIBUIÇÕES DO MARCO TEÓRICO

Uma questão existente na sociedade, mas que não se constitui como uma agenda governamental pode passar a ser um problema de política pública. Para Kingdon (2010), essa passagem se dá pela influência de eventos, crises e símbolos; indicadores que apontam e mensuram a magnitude de uma situação impedindo a manutenção da sua ‘invisibilidade’; e *feedback* das ações governamentais a partir de sua avaliação orçamentária dos custos e gastos (KINGDON, 2010). A agenda de decisões é afetada por múltiplos fluxos. No processo pré-decisório do estabelecimento da agenda, os fluxos são o de problemas que se refere às questões subjacentes na sociedade; e o fluxo político, no qual os agentes políticos em suas disputas e acordos parlamentares e eleitorais geram um clima ou humor político. Já no processo pré-decisório da especificação das alternativas, o fluxo das soluções é onde são apresentadas e escolhidas soluções para o problema, seja através de consenso, pressão ou convencimento. Cada um desses fluxos coexiste nos sistemas, em geral de forma independente um do outro, com regras e dinâmicas específicas. Porém, existem situações nas quais os fluxos convergem e surge uma janela de oportunidades para a elaboração de políticas públicas. Essas janelas são abertas de modo regular, quando das eleições, ou de maneira extraordinária, em períodos de crise e desastres. Nesse momento, os empreendedores de políticas atuam para fomentarem a elaboração da política pública (KINGDON, 2010).

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Nunes, Corsino e Didonet (2011) subdividem a história da educação de crianças pequenas em três momentos. O primeiro deles caracteriza-se pela diversidade de iniciativas nos setores da saúde, educação e assistência social; o segundo é compreendido entre a Assembleia Constituinte para elaboração da CF/88 e os outros dispositivos legais que a sucederão, reafirmando o direito social à educação, em especial, das crianças de zero a cinco anos (1986-1996); o último período é caracterizado pela focalização do direito da criança à educação pelo Estado nas políticas, programas e diretrizes nacionais. A partir daí a criança passa a ganhar mais visibilidade nos campos teórico, político e administrativo, não sendo mais vista sob a condição de abandonada, vítima da mortalidade infantil ou a materialização de um problema social perante a necessidade das mães saírem para o mercado de trabalho e não terem com quem deixar seus filhos. Enfim, após mais de cem anos da fundação do primeiro jardim de infância no país, com a promulgação da CF/88, a garantia da educação

infantil às crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas torna-se uma condição para o Estado brasileiro cumprir o seu dever em relação ao direito social à educação. A Carta Constitucional torna-se um ponto de referência para aprovação de outros instrumentos legais regulamentadores dos direitos da criança (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei nº 9.394/96, LDB; dentre outros).

A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA RME/BH

A criação do cargo de educador infantil, específico para atuação na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH) na etapa da educação infantil em 2003 fez surgir uma demanda por políticas de valorização desses profissionais. Uma das questões mais recorrentes era a luta por carreira, mais especificamente, a conquista de uma carreira única da educação no município conforme atestam produções acadêmicas, (PINTO, 2009) ou na consulta de boletins do sindicato da categoria em que se observa a recorrência de pautas tocantes à unificação das carreiras dos professores da educação infantil com os professores municipais. A partir dessas manifestações, outros atores sociais são mobilizados e passam a pressionar pela inserção da questão da valorização desses professores na agenda pública, tais como os sindicatos e o Ministério Público. A criação de uma carreira docente paralela, no caso a de educador infantil, foi a opção do município para conseguir viabilizar o projeto de expansão do atendimento na educação infantil na rede pública municipal significando a chave do impasse entre a necessidade de ampliar o atendimento da educação infantil na RME/BH e os custos dessa expansão (TERRA, 2008). Em todo o período é possível enumerar as greves ou paralisações com a participação dos professores da educação infantil da RME/BH, 2005, 2010, 2011, 2012, 2014, 2015 e 2018, em que todos os anos a pauta da isonomia salarial ou da unificação da carreira estavam presentes. Na greve de 2018, uma janela de oportunidades se abriu, o que possibilitou a entrada em vigor de uma nova legislação (Lei nº 11.132, de 18 de setembro de 2018) a respeito da valorização desses profissionais. Ainda que a unificação da carreira não tenha sido alcançada, garantiu-se que, até 2020, os professores das crianças pequenas, em início de carreira, tenham sua diferença salarial diminuída em relação aos professores municipais, atuantes no ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas três últimas décadas a educação infantil entrou na agenda das políticas públicas no Brasil, com especificidades que a diferenciam da problemática educacional em geral. A promulgação da CF/88 e a aprovação da LDB/1996 figuram como janelas de oportunidades para essa emergência, especificamente com o reconhecimento das creches e pré-escolas como primeira etapa da educação básica e a disposição constitucional do direito à educação infantil e o dever do Estado em efetivá-lo mediante a garantia do atendimento gratuito às crianças. A reflexão da inserção das políticas de valorização de professores da educação infantil de Belo Horizonte no período de 2003 a 2018 dialoga com essas janelas engradadas ao longo do tempo do histórico da educação infantil, desde 1875 com a criação do primeiro jardim de infância até os dias atuais. 2018, quando esses professores alcançam avanços significativos em sua valorização profissional. De acordo com os contributos teóricos de Kingdon, podemos compreender a ocorrência de uma coincidência de fluxos: o fluxo dos problemas (a questão da unificação da carreira), o fluxo político (os agentes políticos em suas disputas e acordos parlamentares e eleitorais geraram um clima ou humor político) e o fluxo de soluções (o fim da greve com o compromisso do governo municipal de sancionar legislação que atendesse em parte as demandas da categoria das professoras da educação infantil em relação à unificação da carreira dos docentes da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte).

REFERÊNCIAS

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2017.

KINGDON, W. John. **Agendas, alternatives and public policies**. 2 ed. London: Pearson Education Limited, 2010.

NUNES, Maria Fernanda Rezende; DIDONET, Vital; CORSINO, Patrícia. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. UNESCO, Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

PINTO, Mércia de Figueiredo Noronha. **O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte**. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

TERRA, Cynthia Alessandra. **A implementação do atendimento público de educação infantil em Belo Horizonte: processo e perspectivas**. Belo Horizonte, 2008. 218f.